



DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL E MOVIMENTOS SOCIAIS: Tecnocracia estatal e resistência

Anderson Nayan Soares de Freitas¹

RESUMO: A proposta deste artigo é debater sobre o contexto da ditadura civil militar no Brasil. Apresentar as características de um Estado tipicamente autocrático e os níveis de exploração e desumanização aos quais são submetidos os trabalhadores nesse contexto. Aponta-se também a resistência a esse regime no país via movimentos sociais e atividades culturais. Destaca-se o protagonismo do movimento estudantil como catalisador do processo de resistência ao regime autocrático.

Palavras-chave: Estado; ditadura; movimentos sociais.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the context of the military civil dictatorship in Brazil. To present the characteristics of a typically autocratic state and the levels of exploitation and dehumanization to which workers are subjected in this context. One also points out the resistance to this regime in the country through social movements and cultural activities. It highlights the protagonism of the student movement as a catalyst for the process of resistance to the autocratic regime.

Keywords: State; dictatorship; social movements.

1 INTRODUÇÃO

A “autocracia burguesa”² parasitou o Estado brasileiro criando mecanismos de censura e obstrução da participação popular à base da coerção e do consenso. Havia organizações sociais, dentre elas o movimento estudantil e sindical, que faziam frente de oposição ao regime autocrático burguês ao longo da década de 1970. Tais organizações

¹Assistente Social. Mestrando em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor substituto do curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu. Email: anderson.nayan@hotmail.com

² Apesar do folclore histórico burguês comumente apresentar o golpe de 1964 como de origem somente militarista, discordamos dessa concepção apoiados em Netto (2014): “o golpe não foi puramente um golpe militar [...] foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e as empresas estrangeiras” (p. 74).



foram impulsionadas pelo início da derrocada da ditadura diante da queda de um dos seus principais pilares, o milagre econômico brasileiro (FERNANDES, 2005).

O golpe de abril de 1964³ foi orquestrado num contexto onde se visualizava um forte interesse político das forças armadas, diante do caos instaurado, a participação do povo na condução do modelo de desenvolvimento do país era meramente artesanal, “Brasil, ame-o ou deixe-o” (PRADO JR., 2000).

Era nítida a intencionalidade que a burguesia nacional tinha através de práticas autoritárias de perpetuar a dominação imperialista por meio da industrialização pesada e do acúmulo máximo de capital. É importante destacarmos o imperialismo, à dominação externa, realçando principalmente os Estados Unidos⁴ (FERNANDES, 2005).

2 A ÁUREA AUTOCRÁTICA

O golpe civil militar de 1964 reordena a estrutura estatal brasileira e conseqüentemente todo o conjunto de relações sociais. A “autocracia burguesa” sedimenta um contraditório movimento na sociedade. Se por um lado a instauração de um regime ditatorial pressupõe o resgate do que a de mais tradicional, arcaico, num modelo de sociabilidade, a partir da “onda modernizante”, cria bases para o desenvolvimento de questionamentos internos. Essas transformações estavam umbilicalmente conectadas a alterações no suporte do Estado.

Ianni (1981) afirma que a ditadura militar atuou que em todas as esferas da vida social. Proporcionou a instauração de um clima fascista, seja principalmente diante daqueles indivíduos que proporcionavam algum tipo de resistência ao regime, seja na perspectiva da burocracia estatal.

[...] As exigências da sua economia política, que estabeleciam a superexploração e a repressão do proletariado e do campesinato (além da repressão sobre todas as classes assalariadas), acabaram por submeter, objetiva e subjetivamente, os governantes e os funcionários do aparelho estatal às conveniências da acumulação. Foi assim que cresceu o poder estatal, em todas as áreas da vida social. E a tecnocracia civil e militar diversificou-se bastante (IANNI, 1981, p.22).

A ditadura atuou de maneira ferrenha na indústria cultural, na questão da terra, na política educacional, nas relações de produção e nas forças produtivas. O ordenamento do

³ Apesar do folclore histórico burguês comumente apresentar o golpe de 1964 como de origem somente militarista, discordamos dessa concepção apoiados em Netto (2014): “o golpe não foi puramente um golpe militar [...] foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e as empresas estrangeiras” (p. 74).

⁴ Não há mais como negar que os americanos tiveram conhecimento prévio, interesse e participação no golpe. [...] Os Estados Unidos, principal potência militar, não admitiam sequer a hipótese de novo Vietnã ou de uma Cuba gigantesca na América do Sul (COUTO *apud* BENEVIDES, 2006, p. 53).



Estado passa a se voltar de maneira intensa as demandas do capital externo. De forma concomitante ao processo de superexploração da classe trabalhadora, a máquina estatal se tornava um instrumento de violência extrema organizada. As mesmas estratégias espúrias utilizadas no toma lá dá cá econômico, se apresentaram nas relações de dominação política. De tal forma, é inegável afirmar que o Estado brasileiro diante do contexto da ditadura militar se configurava eminentemente como fascista (IDEM, 1981).

Cabe versar aqui o impacto que o regime autocrático burguês exerceu sobre as políticas sociais. Segundo Behring e Boschetti (2011) o redimensionamento do Estado promoveu uma demanda maior de profissionais, como os de Serviço Social para atuarem junto à classe trabalhadora. Elas apontam que há um considerável aumento nos espaços sócio-ocupacionais diante do regime ditatorial.

Na ditadura militar pós-64 o país viveu um processo de *modernização conservadora*, talvez o último suspiro nessa modalidade marcante do desenvolvimento nacional: industrialização e urbanização aceleradas, e modernização do Estado brasileiro, inclusive com a expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.15).

O regime civil militar, ao contrário, do que era explicitado para o conjunto da massa de trabalhadores, possuía funcionalidade econômica na perspectiva de perpetuar a dependência e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do capital internacional, alargando mais ainda o abismo das desigualdades sociais. A política econômica desenvolvida nesse contexto demonstrava claramente a prioridade voltada para o desenvolvimento do imperialismo norte-americano. Consequentemente o Estado brasileiro passou a ser memorado como “antinacional” e “antidemocrático” (NETTO, 2011).

Vale ponderar aqui que, apesar de todo esse tautócrono de constrições, a ditadura civil militar⁵ não se configurava como um regime homogêneo, apesar de todas as dificuldades, havia debates no sentido de disputar os rumos do país. Apontaremos mais adiante nesse trabalho que grande parte desses debates ocorriam no ambiente acadêmico justamente pelo fato de que apesar da opressão do regime, a universidade se configurava como um espaço minimamente democrático.

O discurso estadunidense que acabou sendo incorporado no Brasil é o do combate à “ameaça vermelha”, o comunismo. O regime autocrático burguês utilizou- se de todas as alternativas possíveis para impor legitimação junto ao conjunto da sociedade. Imprimiram um

⁵ Podemos dividir didaticamente a ditadura militar em três fases: a) De 1964 a 1968, com a definição das bases do Estado de Segurança Nacional, a formulação de novos mecanismos de controle e a reforma constitucional; a institucionalização do novo Estado e a sua crise em 1967-1968, quando o governo militar instituiu o Ato Institucional n.5 (AI-5); b) de 1969 a 1974, o mais rígido da ditadura militar; c) de 1974 a 1985, da distensão à retirada dos militares da cena política, como atores de frente (SILVA, 2011, p. 48).



ambiente de terror para aqueles que desafiassem a ordem utilizando-se do que convencionaram chamar de doutrina de segurança nacional⁶.

[...] Era-lhe igualmente necessário aniquilar todas as forças político-organizativas que, na contestação radical do seu projeto, poderiam introduzir elementos de problematização de longo curso na sua intenção institucionalizante. Não restam dúvidas de que a ação estatal, neste plano da intervenção direta, obteve êxito [...] (NETTO, 2011, p.42 – os grifos são meus).

É inconteste que diante do ciclo autocrático burguês o Estado brasileiro utilizou-se da violência para amedrontar organizações sociais antagônicas ao regime, onde a tortura se configurava como principal instrumento de repressão policial. Mesmo diante de toda essa ofensiva, debates políticos entre organizações sociais, dentre elas, alas progressistas da igreja, movimentos culturalistas, movimento estudantil e de caráter político-partidário construíam as bases de enfrentamento do regime que mais tarde vão desembocar no movimento pela redemocratização brasileira.

2.1. A Resistência

Os movimentos ligados à igreja católica foram os que mais encorparam os *fronts* de batalha em oposição ao regime. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷, a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Católica de Esquerda que se organizava na Ação Popular (AP), todos esses movimentos eram ligados a uma ala da Igreja católica denominada de Teologia da Libertação.

Também merecem destaque os movimentos de origem sindical que sofreram inúmeros retrocessos a partir do redimensionamento do Estado no âmbito do ciclo autocrático burguês. Intensificação do ritmo de trabalho; aumento no número de acidentes no trabalho; arrocho salarial; realização de horas extras obrigatórias e atrasos no pagamento se configuravam como principais regressos no que tange aos direitos trabalhistas. Diante do ambiente terrorista criado pelo regime militar, medidas mais energéticas como greves, por exemplo, só tiveram força para se sustentar nos fins da década de 1970.

Outras formas de resistência à ditadura civil militar se deram no campo das artes seja no campo da música, na literatura, no teatro, no cinema. Chico Buarque, Gilberto Gil, Geraldo Vandré na música; Ignácio Loyola Brandão e Ana Maria Machado na literatura. O cinema

⁶ “Em todo o ciclo autocrático burguês, o referencial político-ideológico da doutrina de segurança nacional foi parâmetro ideal recorrente” (NETTO, 2011, p.43).

⁷ As CEBs são caracterizadas por grupos de base compostas por pessoas do povo que se reúnem para além de uma questão de fé. Discutem questões e problemas relacionados ao seu dia-a-dia, questões essencialmente de interesse coletivo. São compostas por, “em geral, moradores de periferias e de zona rural, que se encontram para refletir, à luz da fé, e sobretudo da Bíblia, sobre os problemas que os afligem: falta de terra e moradia, trabalho e educação, saúde e transporte” (BETTO, 2008, p. 282).



merece destaque por conta de que grande parte dos cineastas que atuavam no Brasil se diziam de esquerda. Portanto, diversas produções foram censuradas e outras não chegaram nem a ser finalizadas⁸.

No período ditatorial, o movimento estudantil foi o movimento que mais conseguiu conglomerar forças na luta pela redemocratização do país, caracterizando-se como um dos principais instrumentos de combate ao ciclo autocrático burguês. As organizações estudantis que mais se destacaram, tinham em seu programa político princípios, dentre eles: liberdade política, oposição ao regime antidemocrático e incentivo à participação popular. Para além de pautas mais gerais, o movimento estudantil tinha como bandeiras de luta avanços na política de educação, criticava a reforma universitária executada pelo regime e as tentativas de privatização da educação por ingerência dos Estados Unidos e propunha a expansão de vagas para o ensino superior (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

Durante o ciclo autocrático burguês a política de educação se dividiu em dois momentos: de 1964 a 1968, quando da intervenção militar na perspectiva de eliminar os espaços democráticos que ali se gestavam; e de 1968 a 1969, quando o regime propõe um modelo de educação com a face girada para alcance do crescimento econômico (NETTO, 2011). Vale destacar que, segundo Soares (2015), essa segunda fase foi impulsionada pela influência de órgãos norte-americanos na educação brasileira como a United States Agency for International Development (USAID)⁹.

O interesse do capital pela educação dos trabalhadores se explicaria pela mudança do paradigma produtivo que exigiria a substituição de uma formação pautada na qualificação específica por outra fundada na qualificação geral. Essa mudança de paradigma educacional visaria, antes de tudo, à formação de competências mais apropriadas ao moderno modelo técnico-organizacional, visando à empregabilidade do trabalhador (SALES, s/p).

Para Netto (2011) a política de educação no regime ditatorial é um dos grandes instrumentos de fortalecimento da economia. O investimento na esfera privada é nítido. Já o repasse de recursos para a educação pública fica cada vez mais escasso. A partir de então a educação no Brasil passa a se tornar um produto e, dos mais lucrativos. Com ela, um conjunto de outros direitos gradualmente vão se transformando em mercadoria.

Além de todas as restrições no âmbito da política de educação no ano do golpe em 1964, a até então entidade máxima dos estudantes no Brasil, a União Nacional dos

⁸ Se destacaram nessa época pela linguagem cômica e desleixada sobre a situação política e cultural do país os filmes *O Bandido da Luz Vermelha*, de Rogério Sganzerla, *Matou a Família e foi ao Cinema*, de Júlio Bressane e *A Margem*, de Ozualdo Candeias. (<http://memoriasdaditadura.org.br/cinema/>, acesso em 27/04/2019).

⁹ Consideramos que todo o processo de ajuda proporcionado ao segmento educativo pela USAID buscava racionalizá-lo com o projeto político-econômico que se implantava no Brasil a partir de 1964, já mais explicitamente comprometido com o capitalismo internacional em sua forma periférica. (ARAPIRACA, 1979, p. 09).



Estudantes (UNE)¹⁰ é fechada por meio de um decreto presidencial e diante disso o movimento estudantil se torna um dos principais inimigos do regime. A UNE já viera com um histórico de lutas desde sua fundação em 1937. Nos anos que antecederam o golpe, a UNE se viu fortalecida quando da parceria realizada com o Centro de Cultura Popular (CPC), que realizava trabalho de base na perspectiva da formação política com a periferia e em conjunto com associação de moradores sindicatos e outros.

Segundo Mendes Jr. (1982), uma das primeiras ofensivas do regime contra a organização estudantil da época veio diretamente do gabinete do Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. O autor afirma que a Lei Suplicy (Lei 4.464), interferiu diretamente no poder autônomo das organizações estudantis. Os estudantes eram forçados a votarem nos Diretórios Acadêmicos (DAs) apontados pelas direções das universidades. Diante de tal ofensiva, a UNE se organizou nacionalmente e realizou o Congresso Nacional da UNE (CONUNE) em 1965, articulando um boicote nas eleições dos DAs, a manifestação ficou conhecida como o Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação. Depois desse posicionamento a repressão ao movimento estudantil só aumentou e, no CONUNE de 1967, a entidade lança uma carta política realizando severas críticas a repressão policial e propunham a união das minorias enquanto classe para o enfrentamento ao regime. De fato, a intensa repressão por parte das forças armadas fez com que as atitudes das organizações estudantis a época se tornassem cada vez mais radicais. O movimento estudantil já não se limitava mais a bandeiras de luta na perspectiva da política de educação. A oposição agora vai de encontro ao regime e a todas as desigualdades desencadeadas pelo mesmo.

A represália ao movimento estudantil perdurou de tal forma que não se viu outra forma de resistência a não ser a própria aproximação com a guerrilha. Os grupos armados passaram a formar uma aliança com o movimento estudantil. Aqueles estudantes que ainda não eram “fichados” pelo regime, conseguiam informações privilegiadas que contribuíam com as estratégias de luta. É no ardor dessa relação que a ditadura chega aos seus “anos de chumbo” com a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) donde o próprio Congresso Nacional foi fechado e a represália às organizações que faziam oposição ao regime aumentou. Fernandes (2005) afirma que o AI-5 cerceava todo o tipo de liberdade política conquistada, alguns espaços eram proibidos de serem frequentados até o *habeas corpus* para acusados e presos políticos foi negado.

¹⁰ No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima do estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens batizaram a entidade como União Nacional dos Estudantes. Desde então, a UNE passou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939 (<http://www.une.org.br/memoria/> - acesso em 27/04/2019).



A instauração do AI-5 solapou a participação do movimento estudantil no processo de luta e oposição ao regime. O XXX CONUNE foi realizado em 1968 de forma clandestina por conta da vigência do AI-5. Zappa e Sotto (2008) apontam que foi a partir da invasão dos policiais no sítio Murundu, em Ibiúna (SP) e a prisão de quase mil estudantes, dentre eles Frei Tito de Alencar¹¹, barrou o processo de mobilização de cunho mais radical que vinha se delineando desde 1966. A lei 477 decretada pelo governo autocrático em 1969 tratava de adensar ainda mais a repressão.

A Lei n. 447 que tratou de estabelecer as infrações disciplinares cometidas por docentes, discentes e funcionários das instituições de ensino país, concebendo greves e mobilizações estudantis como atos infracionais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 288).

O movimento estudantil foi tão importante na luta contra o regime que com o seu enfraquecimento conseqüentemente a guerrilha também colapsou. Alguns estudiosos, dentre eles, Napolitano (1998), apontam o sectarismo de alguns grupos de esquerda que não conseguiram realizar um massivo trabalho de base e acabaram se isolando politicamente como principal motivo para o insucesso.

É na segunda metade da década seguinte que o movimento estudantil consegue se reorganizar quando diante do enfraquecimento do regime por conta dos impactos da crise internacional do capital. Movimentos sociais de diversos segmentos ganham força e a luta pela redemocratização do país se massifica novamente.

3 CONCLUSÃO

Podemos notar portanto, que o regime ditatorial instaurado no Brasil teve influência direta do governo norte-americano, hoje não é tão diferente, a política econômica desenvolvida no país, não só, mas principalmente após o golpe de 2016 é estritamente voltada aos interesses norte-americanos. Essa subalternização política e econômica não se dá a partir de uma questão meritocrática, muito menos natural, é forjada e muito bem arquitetada.

Destacamos a importância do papel da igreja e da academia, mais especificamente do movimento estudantil em oposição as constrações da ditadura e é importante olharmos para o passado para percebermos como nesse momento tão difícil que o país atravessa, essas e demais organizações coletivas precisam estar atuantes, cobrando e propondo. Num contexto tão adverso como atual, fica cada vez mais difícil mostrar força

¹¹ Frade católico brasileiro nascido em Fortaleza (CE) assumiu a direção da Juventude Estudantil Católica em 1963 e foi morar no Recife. Mudou-se para São Paulo para estudar Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Em outubro de 1968, foi preso por participar do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP). Fichado pela polícia, tornou-se alvo de perseguição pela repressão militar. Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/frei-tito-de-alencar-lima/> -- acessado em 27/04/2019.



diante dessas organizações, no entanto, um modelo de sociedade para além do capital, nunca deve estar fora da ordem do dia.

REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da Teoria do Capital Humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1979 (Dissertação de Mestrado).

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na Contramão do Poder – juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BETTO, Frei. 1968: nasce a teologia da libertação. *In*: ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968 – eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

MENDES JR, Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1998.

NETTO, José Paulo. **Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
_____. **Pequena História da Ditadura Brasileira: (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

SALES, Francisco José Lima. Mudanças no mundo do trabalho e o novo discurso pedagógico do capital. *In* **Revista Labor**. N.º 05 Vol. 01 2010.

SOARES, Raí Vieira. **Organização Política Estudantil e Formação Profissional: elementos para compreender o curso de Serviço Social no contexto do IFCE campus Iguatu**. Monografia. Iguatu: IFCE, 2015.

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20^a a 23 agosto
2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968** – eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

organizada por



apoio



Fundação
Sociedade

FAPEMA